



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Da Dep. **Célia Xakriabá**)

Requer realização de Audiência Pública Externa para tratar da situação do povo indígena Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Externa, no âmbito desta Comissão, para debatermos sobre as violências e violações de direitos sofridos pelo Povo Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, com o tema "Lutas, Vivências e Resistências do Povo Guarani-Kaiowá".

Considerando a publicização de inúmeros casos de múltiplas formas de violências sofridas pelo Povo Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul, e objetivando ouvir o maior número de lideranças, propõe-se que esta audiência seja realizada *in loco*, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na cidade de Dourados/MS.

Sendo assim, sugere-se que sejam convidados(as) as representações das seguintes instituições e organizações, abaixo identificadas:

1. Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas;
2. Weibe Tapeba, Secretário de Saúde Indígena (SESAI);
3. Joênia Wapichana, Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI);
4. Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública;
5. Paulo Pimenta, Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
6. Maria Aparecida, Ministra das Mulheres;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

7. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
8. Eduardo Riedel, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul;
9. Antônio Carlos Videira, Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul;
10. Inaye Lopes, Vereadora e Coordenadora da Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá - Kunangue Aty Guasu;
11. Representantes da Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani - Aty Guasu;
12. Representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB;

JUSTIFICATIVA

Os indígenas Guarani e Kaiowá figuram como o segundo mais numeroso povo indígena do Brasil, possuindo uma população de mais de 50 mil habitantes, se concentrando principalmente no estado do Mato Grosso do Sul (MS). O povo indígena Guarani-Kaiowá é vítima histórica de situações de insegurança, violência e violações de direitos. Atualmente, muitas famílias vivem em porções de terra diminutas e ainda em acampamentos em beiras de BR's e rodovias, por seus antepassados terem sido expulsos de suas terras tradicionais com o avanço da colonização e do plantio de monoculturas e criação de pastos para gados nas fazendas, em favor do setor do agronegócio, fortemente atuante no estado.

As poucas reservas dos Guarani e Kaiowá possuem alto volume populacional, como é o caso das aldeias Jaguapiru e Bororó, em Dourados, que é hoje a mais populosa reserva indígena do país, com cerca de 20 mil indígenas em uma área de 3,5 mil hectares. A mora do Estado brasileiro em demarcar as terras indígenas, num atraso de 35 anos, a falta de espaço para a manutenção dos modos de vida tradicionais do Povo Guarani e Kaiowá e a ausência de políticas públicas fez com que a comunidade buscasse a autodemarcação de seus territórios (tekohas) por meio das retomadas, o que também colocou os indígenas em situação de grave violência, insegurança e violações de direitos humanos. As denúncias e casos são muitos: assassinatos, racismo, suicídios, desnutrição, torturas, atropelamentos e até mesmo despejo de agrotóxicos de avião direto sob as aldeias. O Estado não só não cumpre a Constituição Federal de 88 com a não demarcação, mas também, em muitos casos, se omite em relação à segurança pública, saúde, alimentação, educação, questões ambientais, justiça e promoção de outras políticas públicas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

Ainda em 2016, em missão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e do Parlamento Europeu, após visita *in loco* aos Guarani e Kaiowá, concluiu-se que o genocídio desse povo no Mato Grosso do Sul era incontestável¹. No ano de 2021, pela intolerância religiosa, assassinatos e perseguições, ambas realidades ainda existentes atualmente, especialistas já diziam que o povo Guarani e Kaiowá passava por uma crise humanitária². Conforme dados de levantamentos realizados pelo Instituto Socioambiental (ISA) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o MS concentrou 39,4% dos assassinatos de indígenas registrados no Brasil entre 2003 e 2019 (539 de 1.367). Enquanto as áreas privadas ocupam 92% do território do MS, as terras indígenas ocupam apenas 2,5%. As famílias Guarani e Kaiowá precisam ser alvos de políticas públicas específicas efetivas e da atenção dos gestores públicos e políticos do estado e do Brasil.

Considerando os recentes casos de violência que são noticiados pelas lideranças e organizações indígenas e, mais recentemente, o caso que ganhou repercussão nacional em que um casal de anciãos e líderes espirituais foram carbonizados, Nhandesy Sebastiana e Nhanderu Rufino, considerando a nomenclatura e função regimental desta Comissão da Amazônia e Povos Originários, justifica-se a audiência com objetivo de se discutir e refletir sobre o contexto do Povo Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, de setembro de 2023.

Célia Xakriabá

PSOL/MG

¹ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/genocidio-de-povo-guarani-kaiowa-no-ms-e-incontestavel-conclui-missao-do-parlamento-europeu-e-cdhm>

² <https://brasilledireitos.org.br/atualidades/em-dourados-guarani-kaiow-vivem-crise-humanitaria-afirmam-especialistas>

